

A Abordagem Territorial do Cerrado e a Produção de Alimentos: o Caso dos Povos Karajá em Aruanã, Goiás

Eguimar Felício Chaveiro¹, Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves²,
Ronan Eustáquio Borges³

RESUMO

Interpretar as estruturas e as circunstâncias espaciais pelas quais os povos indígenas do Cerrado goiano, especificamente os povos Karajá em Aruanã - GO, estabelecem relações com a alimentação, é o objetivo do presente artigo. As reflexões são instigadas pela seguinte problemática: que mudanças têm ocorrido na alimentação indígena? A problemática direta é: como os povos Karajá em Aruanã, territorializados às margens do rio Araguaia, desenvolvem estratégias de produção de alimentos no contexto espacial em que se situam? As reflexões apresentadas neste artigo têm como suportes metodológicos os trabalhos de campo, o levantamento de dados do Instituto Mauro Borges (IMB), a interlocução direta com pesquisadores de vários campos de saber, assim como orientação em nível da graduação, mestrado e doutoramento. O alicerce teórico baseia-se na abordagem territorial do Cerrado. A partir de um entrelaçamento de escalas, essa perspectiva empreende a leitura do Cerrado, dos seus sujeitos e de seus problemas, observando a ação dos atores no bioma conforme suas estratégias de poder e de domínio espacial. Considera-se, ainda, que o alimento, vinculado aos estratos enraizadores dos povos tradicionais, tem se tornado, mediante a formação dos impérios agroalimentares, uma forma de domínio da cultura indígena e de sua subordinação.

Palavras-chaves: produção de alimentos; povos Karajá em Aruanã-GO; abordagem territorial do Cerrado; sistema agroalimentar mundial.

¹ Doutor em Geografia Humana (Universidade de São Paulo - USP). Professor Titular do Instituto de Estudos Socioambientais - IESA, da Universidade Federal de Goiás - UFG. ORCID. 0000-0001-8608-2278. E-mail: eguimar@hotmail.com

² Doutor em Geografia (Universidade Federal de Goiás - UFG). Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, da Universidade Estadual de Goiás - UEG. ORCID. 0000-0002-8033-0426. E-mail: ricardo.goncalves@ueg.br

³ Doutor em Geografia (Universidade Estadual Paulista - UNESP). Professor do Instituto de Estudos Socioambientais - IESA, da Universidade Federal de Goiás - UFG. ORCID. 0000-0003-2080-5060. E-mail: ronanborges@iesa.ufg.br

O Cerrado brasileiro se tornou, a partir de 1970, o que se tem denominado “celeiro produtivo do Brasil”, ou um importante cinturão produtivo de grãos, carne bovina, minérios e biocombustíveis. Especificamente o estado de Goiás, cujo o domínio do Cerrado abarca cerca de 96% do seu território, tem se constituído mediante a hegemonia econômica do agronegócio.

O Cerrado é a matriz territorial e cultural da existência de diversos povos indígenas como os Krahô, Xerente e Apinayé no Tocantins; Xavante no Mato Grosso; Karajá e Tapuia em Goiás; e Avá Conoeiro em Goiás e Tocantins. Para Altair Sales Barbosa a presença desses povos faz do Cerrado um território indígena⁴. Por consequência, com o objetivo de interpretar as condições pelas quais os povos indígenas do Cerrado goiano se situam no contexto dessa estrutura econômica e territorial, especificamente os Karajá situados Aruanã, a problemática deste artigo se enuncia assim: que mudanças têm ocorrido na alimentação indígena? A problemática pode ser recolocada de outra forma: como os povos Karajá em Aruanã, territorializados às margens do rio Araguaia, desenvolvem estratégias de produção e consumo de alimentos no contexto espacial em que se situam?

A sustentação teórica da interpretação do problema posto se vincula diretamente à abordagem territorial do Cerrado. Cabe elucidar que essa abordagem tem sido efetivada há cerca de 20 anos, contando com as contribuições de distintos pesquisadores de universidades goianas, como Manoel Calaça⁵, Sandro Dutra e Silva⁶, Edson Batista da Silva⁷, Ana Carolina de Oliveira Marques⁸ e Altair Sales Barbosa⁹; ou do

⁴ Altair Sales Barros, “Cerrado indígena,” *Xapuri* (abr. 2023). Disponível em: <https://xapuri.info/cerrado-indigena-uma-divida-com-a-historia-e-um-buraco-na-consciencia/>. Acesso em: 09 abr. 2023.

⁵ Manoel Calaça, “Territorialização do capital: biotecnologia, biodiversidade e seus impactos no Cerrado”. *Ateliê Geográfico*, vol. 1, n. 9 (2019): 6-23.

⁶ Sandro Dutra e Silva, *No oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Planalto Central* (Rio de Janeiro: Mauad X, 2017).

⁷ Edson Batista da Silva, “Cercados e a contrapelo: as expulsões e as reações camponesas à acumulação primitiva permanente em Goiás (1970-2015),” (Ph.D., Tes., Universidade Federal de Goiás, 2018).

⁸ Ana Carolina de Oliveira Marques, “Cartografia das moradias em Canudos: a dimensão política do morar,” (Ph.D., Tes., Universidade Federal de Goiás, 2017).

⁹ Altair Sales Barbosa, *Andarilhos da claridade: os primeiros habitantes do cerrado*. (Goiânia: Instituto do Trópico Úmido, 2002).

Estado de Tocantins, como Elizeu Lira¹⁰ e Ubiratan Francisco de Oliveira¹¹, além de parceiros nacionais e internacionais.

A proposta dessa abordagem considera que a interpretação do Cerrado restrita ao conceito de bioma, embora importante e não desprezível, não basta para conhecer as diferenças regionais; os conflitos no uso da água; os problemas ambientais; a urbanização acelerada e desconcentrada; a organização das redes viárias e das cadeias produtivas; a mobilidade de pessoas e de capitais; as contradições sociais e a implicação das mudanças que rebatem e pressionam diferentes identidades e grupos sociais e étnicos, como é o caso dos povos Karajá territorializados em Aruanã.

Isso quer dizer que a interpretação do Cerrado que ousa enfrentar as suas profundas mudanças nas últimas décadas requisita outros aportes teóricos. A abordagem territorial do Cerrado, amparada no jogo de escalas, reconhece inicialmente que as transformações espaciais, a identificação dos atores que promovem o controle do território e um conjunto de problemáticas, inclusive as novas funções econômicas da terra, possuem uma marca geopolítica, decisivamente no pós-guerra, com a introdução vertiginosa da produção de alimentos para a exportação.

Os povos indígenas do Cerrado goiano, como é o caso dos povos Karajá em Aruanã, foram implicados por essas mudanças territoriais. É disso que trata a presente pesquisa, dividida em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, demonstrou-se o modo como o Cerrado goiano, nas últimas décadas, transformou-se em um território de produção e exportação de *commodities* agrícolas, com predomínio do complexo de soja. No segundo momento, revelou-se as implicações territoriais da mudança na estrutura de uso da terra e das águas do Cerrado nos territórios indígenas, com foco na realidade dos povos Karajá no município de Aruanã. As pressões territoriais de atividades extrativas predatórias em grande escala,

¹⁰ Elizeu Lira. "A geografia, o território capitalista e o território indígena". *Produção Acadêmica*, Vol.4 n.2 (2019): 55–69.

¹¹ Ubiratan Francisco de Oliveira, "Cartografias ontológicas de educadoras do campo da região do Bico do Papagaio-TO: o desvelar do ser-estar da mulher na formação docente em Educação do Campo," (Ph.D., Tes., Universidade Federal de Goiás, 2020).

somadas às alterações na cultura alimentar desses sujeitos, explicitam os impactos da apropriação capitalista do Cerrado no cotidiano e na alimentação dos povos indígenas.

O CERRADO GOIANO: PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E COMMODITIES

O estado de Goiás, com aproximadamente 96% de seu território sob o domínio do Cerrado, expressa as ações compulsórias e hegemônicas da apropriação desse *Bioma-Território*¹². Expressa também a rápida dilapidação de espaços e lugares ocupados por camponeses e povos tradicionais; pela especulação de terras urbanas e rurais; construção de infraestruturas técnicas; pelas corporações enriquecidas pela acumulação de capital por um lado e, de outro, os trabalhadores empobrecidos e desterritorializados que constituem o enriquecimento daqueles. Esse processo, por conseguinte, é expressão dos efeitos da lógica territorial produzida pelo Estado, empresas nacionais e estrangeiras que penetram os espaços do Cerrado e alteram o conteúdo e as funções dos lugares. Ademais, desvela-se nas distintas regiões do Cerrado Goiano¹³.

Relativamente marginalizado das políticas públicas federais até meados do século passado, identificado como um território de solo pobre e infértil, objeto de um preconceito estético devido à tortuosidade de suas espécies vegetais, posicionado no Planalto Central da nação, o Cerrado presenciou um processo de expansão do capital de maneira avassaladora nos últimos cinquenta anos. Tornou-se objeto geopolítico da produção de matéria prima agrícola e mineral voltada à exportação, subordinando os bens naturais aos interesses das potências estrangeiras. Sendo assim, tal como afirma Maria Erlan Inocêncio “[...] a análise do Cerrado, contemplando o seu significado no contexto geopolítico brasileiro, equivale a trabalhar com o pressuposto de que estudar

¹² Eguimar Felício Chaveiro, “Por uma abordagem geográfica do Cerrado: a negação de um bioma diverso, a afirmação de um território desigual – Cartas de luta,” (Ph.D., Tes., Universidade Federal de Goiás, 2019).

¹³ *Ibid.*

esse território significa, necessariamente, levar em conta sua inserção no processo de produção capitalista”¹⁴.

Diante disso, o processo de padronização de usos dos solos pelas monoculturas de espécies transgênicas de soja, cana-de-açúcar, milho e eucaliptos; a construção de grandes barragens de hidrelétricas; a perfuração de mega minas de extração mineral a céu aberto e subterrâneas; a disseminação da cultura midiática; e a constituição do Cerrado enquanto território econômico das sociedades mundializadas se instalam como elementos que provocam a devastação do patrimônio cerradoeiro, a expropriação dos povos tradicionais e a pilhagem de suas paisagens. Emerge a face predatória do modelo de desenvolvimento inerente ao capital, corroendo os territórios do Cerrado e inserindo-os no infatigável movimento de “destruição criativa da terra”¹⁵.

Além disso, o que antes era relegado, especialmente a partir da década de 1970, se tornou objeto das presas da economia globalizada. De acordo com Moysés e Silva,

[...] os Cerrados do Centro-Oeste continuam ameaçados pela ocupação de seu solo com produtos exportáveis, determinantes, a partir de 1970, para o desenvolvimento da região. A produção de *commodities* substituiu a vegetação natural por soja, milho, sorgo e pastagens [...] São dois momentos distintos desta ocupação: de 1970 a 1980, período em que as transformações econômicas impuseram um processo de ocupação perversa ao bioma Cerrado; na década de 1990, os efeitos dessa ocupação se manifestam de forma mais contundente, provocando um processo de concentração urbana de grandes proporções¹⁶.

¹⁴ Maria Erihan Inocêncio, “O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado,” (Ph.D., Tes., Universidade Federal de Goiás, 2010), 3.

¹⁵ David Harvey, *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Tradução de João Alexandre Peschanski (São Paulo, SP: Boitempo, 2011).

¹⁶ Aristides Moysés e Eduardo Rodrigues da Silva. “Ocupação e urbanização dos cerrados: desafios para a sustentabilidade.” *Cadernos metrópole* 20, (2008), 97.

Por consequência, tal como evidenciou Robson Moraes¹⁷, Marcelo Mendonça¹⁸, Ricardo Assis Gonçalves¹⁹ e Alex Tristão de Santana²⁰, o Cerrado definitivamente inserido na economia global fomenta os interesses privados dos “homens de negócio”, mobiliza as instituições que desejam usurpar o que ainda resta, especialmente das classes de sua vegetação, as águas e os minérios. O ímpeto transformador das estratégias econômicas deixou rastros em seu território. Pode-se citar: o forte efeito do desmatamento; as mudanças das vazões de suas ricas bacias hidrográficas; a extinção de espécies de sua fauna e flora; a alteração de corredores ecológicos; a alteração do clima; e a exaustão de paisagens pela mineração.

Esses elementos demonstram que abordagens geográficas e da história ambiental são fundamentais para a construção de interpretações críticas da fronteira capitalista no Cerrado. A pesquisa de Sandro Dutra e Silva, por exemplo, demonstra como a fronteira de expansão e modernização agrícola efetivou a ocupação dos Cerrados em Goiás nas últimas décadas²¹. Com isso, o território cerradeiro foi transformado por projetos logísticos, construção de cidades planejadas como Goiânia e Brasília, urbanização e deslocamento forçado da população rural para as grandes cidades.

Sendo assim, as contradições do modelo capitalista e sua territorialização mediante os grandes projetos em Goiás revelam as causas profundas dos conflitos no território Cerrado, grafado por crises hídricas, aumento da violência contra povos tradicionais e predação ambiental. Essas implicações são reveladoras das consequências da fronteira capitalista no Cerrado. Como afirma o historiador ambiental

¹⁷ Robson Moraes, “A Câmara escura: Gestão Territorial e novas territorialidades do Capital em Goiás,” (Ph.D., diss., Universidade Federal de Goiás, 2004).

¹⁸ Marcelo Mendonça, “A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano,” (Ph.D., tes., Universidade Estadual Paulista, 2004).

¹⁹ Ricardo Assis Gonçalves, “No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás,” (Ph.D., Tes., Universidade Federal de Goiás, 2016).

²⁰ Alex Tristão de Santana, ““Artérias” do cerrado desigual: a rodovia BR-060 na dinâmica territorial de Goiás,” (Ph.D., Tes., Universidade Federal de Goiás, 2017).

²¹ Sandro Dutra e Silva, *No oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Planalto Central* (Rio de Janeiro: Mauad X, 2017).

Jason W Moore “el capitalismo no sólo tiene fronteras, sino que está definido, fundamentalmente, por el movimiento de las mismas”²²

A expressão concreta desse processo é a produção de desigualdades socioespaciais meticulosamente combinadas. Ademais, a manifestação territorial dessas desigualdades pode ser constatada em diferentes elementos que implicam na organização do território cerradoeiro, como o processo de urbanização e distribuição espacial da população; a industrialização; e as escalas de internacionalização diante da expansão de setores produtores de *commodities* agrícolas e minerais.

A partir de meados do século XX, a incorporação do campo ao capitalismo financeiro internacional tornou-se um projeto geopolítico. Isso implicou em transformações nos territórios do Cerrado em Goiás, cindido pela modernização hegemônica controlada pelos interesses dos países ricos do norte global e da Nova Divisão Internacional do Trabalho (NDIT), conforme demonstrado por Horieste Gomes (2008, p.354).

No transcurso dos últimos quarenta anos, ocorreram profundas transformações econômicas, demográficas e socioculturais no conjunto do território nacional, que se acentuaram a partir da ascensão dos militares ao controle do Estado brasileiro, principalmente nas décadas subsequentes ao golpe de 1964, com o advento do modelo de desenvolvimento capitalista neoliberal. Com segurança, pode-se afirmar ser a nova matriz ambiental/territorial resultante da convergência de três estratégias preestabelecidas pelo capitalismo internacional pós Segunda Grande Guerra Mundial, que impôs aos países considerados “subdesenvolvidos” uma Nova Divisão Internacional do Trabalho (NDIT) e, conseqüentemente, do espaço geográfico. No caso do Brasil, o objetivo pretendido foi incorporar o campo à lógica do capital financeiro – oficial e privado – internacional. Inicialmente, no final da década de 1940, os ideólogos pragmáticos da NDIT colocaram em prática a denominada “Revolução Verde”, financiada por governos e instituições internacionais, a exemplo das fundações Ford e Rockefeller, do Instituto Kellong e outras que passaram a utilizar como laboratórios experimentais os espaços regionais favoráveis de determinados países dependentes de capitais, ciência e tecnologia, com o intuito de avaliar o alcance dos resultados das pesquisas científicas e tecnológicas implementadas no pós guerra²³.

²² Jason W. Moore, *La trama de la vida em los umbrales del capitaloceno*. (México: Bajo Tierra Ediciones, 2020), 259.

²³ Horieste Gomes. *Universo do Cerrado*, 354.

Pela via da geopolítica, entende-se que a modernização do território do Cerrado goiano, ao arquitetar interesses públicos e privados, nacionais e internacionais, integra-se às mudanças globais dos padrões alimentares, esticando a fronteira da interiorização do desenvolvimento sinalizado pelo apelo público de ocupar os “vazios demográficos”. Desdobrou-se dessa estratégia um novo padrão produtivo, pois ela se territorializou nas terras do Planalto Central²⁴.

Diante do esforço de periodização desse processo, para Maria Erlan Inocência, essas ações, objetivadas pelas políticas de planejamento econômico e conseqüentemente territorial, “[...] desenvolveram-se com maior dinamicidade em três distintos momentos da história brasileira: implantação do Estado Novo (1930); Plano de Metas de Juscelino Kubistchek (1956) e Regime Militar (1964)”²⁵.

O movimento de incorporação do Cerrado goiano às necessidades do capital nacional e mundial e as alterações implicadas por esse processo foram marcadas por diversos conflitos e contradições no decorrer do século XX. No interior do processo de modernização do território, práticas de violência contra posseiros, grilagem e expulsão de populações camponesas da terra, pilhagem ambiental e do trabalho grafaram as paisagens e a reorganização dos lugares em Goiás.

Sendo assim, as disputas por território e as transformações nas paisagens rebateram-se na organização das classes sociais, no modo de usar a água, o solo e o subsolo²⁶. Também foi incrementado um amplo espectro de produção de mercadorias marcando o Cerrado goiano nas últimas décadas e colocando-o no centro das estratégias nacionais e globais do capital.

Assinalado por estratégias deliberadamente arquitetadas, presenciou-se paulatinamente a inserção do Cerrado goiano nas múltiplas escalas da economia

²⁴ Maria Erlan Inocência, “O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado,” (Ph.D., Tes., Universidade Federal de Goiás, 2010).

²⁵ *Ibid.*, 24.

²⁶ Ricardo Assis Gonçalves, “No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás,” (tese de doutorado em Geografia, Universidade Federal de Goiás, 2016).

capitalista enquanto produtor de *commodities* que circulam no “ecossistema global do capital” (HARVEY, 2018). Os territórios do Cerrado foram abertos à expansão dos extrativismos predatórios representados pela fronteira das monoculturas agroexportadoras. Por outro lado, alimentos que fazem parte do cotidiano alimentar brasileiro, como arroz e feijão, possuem áreas de cultivo pouco significativas, se comparadas às áreas do agronegócio da soja, milho e cana-de-açúcar. (Tabela 1).

Os dados da tabela 1 sublinham o predomínio da monocultura de soja, milho e cana-de-açúcar no Cerrado goiano. Esses três produtos ocuparam uma área cultivada de 6,5 milhões de hectares em 2021. A monocultura de soja preencheu a maior área, cerca de 3,9 milhões de hectares, com aumento de 18% em relação a 2015. Além disso, de 2015 à 2021, houve um aumento de 58,9% da produção de soja. O milho, que preencheu 1,9 milhão de hectares em 2021, presenciou a expansão de 33% da área colhida em relação à verificada em 2015. A área colhida de cana-de-açúcar, por sua vez, manteve-se relativamente estável entre 2015 e 2021. Por outro lado, a colheita de feijão e arroz ocorreu em uma área de 164 mil hectares, o que representou apenas 2,5% da área total colhida de soja, milho e cana-de-açúcar em 2021²⁷.

Esses dados revelam que Goiás transformou-se em um território especializado nos megaextrativismos representados pelas monoculturas de exportação. As implicações desse processo explicitam o “controle corporativo dos territórios²⁸”, para manter a fronteira expansiva dos setores que abastecem o mercado mundial de *commodities* agrícolas. Constata-se, ainda, a pouca representação de produtos que fazem parte da cultura alimentar goiana e brasileira, como o arroz e feijão, em termos de área colhida e produção. Isso é revelador das contradições do modelo de produção agrícola nos territórios do Cerrado goiano.

Tabela 1 - Evolução da área colhida (ha) e da produção (t) de soja, milho, cana-de-açúcar, feijão e arroz em Goiás – 2015 e 2021

²⁷ Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, *Goiás em dados 2022* (Goiânia: IMB, 2022).

²⁸ Maria L. Silveira. “Los territorios corporativos de la globalización.” *Geograficando*, v.3, n.3, (2008):13-26.

Tipo de Produção	2015		2021	
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Área Colhida (ha)	Produção (t)
Soja	3.260.025	8.595.672	3.855.277	13.654.117
Milho	1.401.843	9.483.548	1.860.245	10.750.433
Cana-de-açúcar	930.052	69.127.015	926.609	72.012.198
Feijão	122.797	315.109	138.654	340.325
Arroz	25.258	109.809	25.515	124.510

Fonte: Instituto Mauro Borges²⁹. Organização: os autores.

A interpretação das culturas, suas relativas produções e as áreas ocupadas, demonstram que há uma transformação de sentido do território do Cerrado. A política de modernização transformou os usos do território para reduzir a produção de culturas alimentares da tradição goiana e brasileira. Com isso, promoveu o aumento das culturas de exportação requisitadas pelo capitalismo financeirizado por meio de *commodities* agrícolas. Observa-se, assim, que a internacionalização da economia do Cerrado mediante a leitura das áreas ocupadas e o tipo de produção fez com que o monopólio se ligasse às monoculturas que, por sua vez, representam a concentração de terras e a concentração de capital, bem como o controle do processo produtivo.

A descoberta do alimento como mercadoria no pós-guerra, o incremento técnico-científico da chamada “revolução verde”, o pacto do Estado brasileiro com as nações hegemônicas, a denominada exportação de capitais, a partir das grandes corporações transnacionais, criaram condições para que o Cerrado brasileiro se tornasse uma fronteira nacional do capital internacional.

Ao analisar detidamente o processo de mundialização do capital por meio dos IEDs - Investimentos Externos Diretos no setor sucroenergético, Altacir Bunde explica que,

²⁹ Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, *Goiás em dados 2022* (Goiânia: IMB, 2022).

Todo esse processo provocou uma reorganização territorial, levando as empresas, especialmente as multinacionais do setor sucroenergético, a formarem redes ou cadeias de cooperação com parceiros nacionais e internacionais e, com isso, criar as condições para resgatar o pensamento liberal, atuando no sentido de monopolizar tanto o mercado de açúcar e etanol como a produção da matéria prima para a fabricação dessas mercadorias, a cana-de-açúcar. O objetivo dos grupos econômicos estrangeiros é claro: repor os níveis de expansão e acumulação do capital, apropriando-se da renda da terra³⁰.

A análise do pesquisador revela um quesito central na análise do Cerrado: o modo pelo qual o território cerradeiro é organizado – e também produzido e implicado – pelo controle externo. Essa chave indica o destino das comunidades tradicionais do Cerrado, dos chamados grupos subalternizados, como camponeses, migrantes, lavradores, quilombolas. Conseqüentemente, tem sido efetivado uma hegemonia territorial que é costurada pela relação entre poder, território, Estado e estratégias. O que se verifica é a transformação do Cerrado num território estratégico e em constante disputa.

Os principais produtos da pauta exportadora goiana explicitam que o Cerrado foi transformado em uma “mercadoria internacional”. Os principais produtos dos complexos de soja e carne exportados em 2021 revelam a influência do “capitalismo extrativista³¹” no território goiano. (Tabela 2).

Em 2021, o valor das exportações goiano somou US\$ FOB 9,3 bilhões, com predomínio de produtos dos complexos de grãos, carne e minérios. Contudo, apenas os principais produtos exportados dos complexos de soja e carne somaram mais de US\$ FOB 6 bilhões, o que respondeu por 65% do valor total das exportações. Apenas o complexo de soja representou 46,1% do valor das exportações goianas. Isso demonstra que o Cerrado em Goiás foi convertido em territórios que atendem às demandas internacionais por produtos primários. Constata-se sua integração às redes extrativas globais.

³⁰ Altacir Bunde, “Os impactos do agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato em Goiás,” (dissertação de mestrado em Geografia, Universidade Federal de Catalão, 2011), 309-310.

³¹ Ricardo Assis Gonçalves. “Capitalismo extrativista na América Latina e as contradições da mineração em grande escala no Brasil.” *Cadernos Prolam/USP*, v.15, n.29, (2016): 38-55.

Tabela 2 - Principais produtos e valores da exportação de produtos dos Complexos de Soja e Carne em Goiás – 2021

Produtos dos Complexos de Soja e Carne	Valores (US\$ FOB)
Produtos do Complexo de Soja	
Soja, mesmo triturada	3.193.221.285
Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	844.954.801
Óleo de soja e respectivas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados	253.768.430
Valor total dos produtos do Complexo de Soja exportados	4.291.944.516
Produtos do Complexo de Carne	
Carnes de animais da espécie bovina, congeladas	1.185.798.015
Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das aves da posição 0105	402.178.014
Carnes de animais da espécie bovina, frescas ou refrigeradas	118.360.390
Miudezas comestíveis de animais das espécies bovina, suína, ovina, caprina, cavalariça, asinina e mular, frescas, refrigeradas ou congeladas	48.342.349
Valor total dos produtos do Complexo de Carne exportados	1.754.678.768

Fonte: Instituto Mauro Borges³². Organização: os autores.

Todavia, na escala local aumentam os índices de desmatamento³³, conflitos por água³⁴ e de trabalhadores análogos à escravidão³⁵. As implicações das atividades extrativas em grande escala nas paisagens cerradeiras resultam na erosão de solos,

³² Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, *Goiás em dados 2022* (Goiânia: IMB, 2022).

³³ Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Inpe Cerrado* (mar. 2023). Disponível em: <http://cerrado.obt.inpe.br/>. Acesso em: 08 abr. 2023.

³⁴ Comissão Pastoral da Terra, "Conflitos no campo Brasil – 2020." (Goiânia/GO: CPT, 2021).

³⁵ Gabriela Macêdo e Letícia Brito, "Mais de 200 trabalhadores são resgatados em condições análogas à escravidão, em Goiás," *G1 Goiás* (mai. 2023). Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/03/17/mais-de-200-trabalhadores-sao-resgatados-em-condicoes-analogas-a-escravidao-em-goias.ghtml>. Acesso em: 09 abr. 2023.

pilhagem dos recursos hídricos³⁶, mega minas a céu aberto³⁷, devastação da flora e extinção da fauna³⁸.

O modo pelo qual o Cerrado brasileiro se inseriu no empreendimento da sociedade brasileira esboça nitidamente a construção de uma matriz espacial internacionalizada. O que se tem denominado modernização territorial, abertura de fronteira, incorporação capitalista do território diz respeito a esse processo. Nota-se que a componente espacial, de valor estratégico, ou seja, o fato de o Cerrado ser a ponte de encontro entre o sul e o norte brasileiros justificou um conjunto de ações diretas na construção de infraestruturas.

Diante disso, a cultura alimentar de camponeses, comunidades tradicionais e indígenas é impactada e transformada. Para interpretar essas mudanças, observou-se a realidade dos povos Karajá em Aruanã, que vivem no território do Cerrado goiano.

TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS: OS POVOS KARAJÁ EM ARUANÃ – GO

Os povos karajá são habitantes do vasto território do Cerrado e constituíram sua existência cultural e espacial às margens do rio Araguaia, com aldeias situadas nos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Pará. De acordo com Joannes Medrado, “Os Karajá, também conhecidos como Povo das águas, têm no Araguaia a base material e imaterial da vida. De acordo com seu mito de origem, é das profundezas das águas do rio Araguaia que toda a vida Karajá teve sua origem, saindo para habitar a parte seca da terra”.³⁹

³⁶ Ricardo Assis Gonçalves. Mineração e o cercamento das águas do Cerrado. *Mídia Ninja* (abr. 2022). Disponível em: <https://midianinja.org/campanhacerrado/mineracao-e-o-cercamento-das-aguas-do-cerrado/>. Acesso em: 08 abr. 2023

³⁷ Ricardo Assis Gonçalves, “No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás,” (tese de doutorado em Geografia, Universidade Federal de Goiás, 2016).

³⁸ Elaine Barbosa da Silva, “A dinâmica socioespacial e as mudanças na cobertura e uso da terra no bioma Cerrado,” (tese de doutorado em Geografia, Universidade Federal de Goiás, 2013).

³⁹ Joannes Medrado, “Povo Karajá de Aruanã/GO: território e vida indígena,” (Ph.D., diss., Universidade Estadual de Goiás – UEG, 2021), 10.

No noroeste de Goiás, os povos Karajá possuem duas aldeias pressionadas e espremidas pela cidade Aruanã, como foi revelado por vários pesquisadores⁴⁰, e possuem a sua história ligada a frequentes ataques, assédios e violações. Essa realidade, como se sabe, não se diferencia, em geral, da realidade de outros povos indígenas do Brasil. Entretanto, em decorrência de vários aspectos, inclusive geográficos, há uma especificidade histórico-territorial mediante a qual se delinea a sua relação com a alimentação.

Esse povo do rio ou das águas, conforme ele próprio se autodenomina, tem seus vínculos primordiais e profundos com o rio Araguaia, incluindo a sua imensa planície. O Araguaia, antes um rio indígena, posteriormente, um rio ocupado por fazendeiros, posseiros e camponeses. Depois de 1970, diante da transformação de sua planície num território de latifúndios de gado e face ao desenvolvimento do turismo de sol e praia, tornou-se um rio usado e significado mediante a hegemonia da cultura urbana.

Os impactos, conforme foi assinalado anteriormente em se tratando da incorporação geopolítica do Cerrado brasileiro e goiano à lógica da economia de alimento dos mercados internacionais, redundaram, inicialmente, em alterações ambientais. A partir de 1970 promoveu-se um ligeiro e vertiginoso processo de desmatamento da planície destinando as terras, antes baratas e conservadas, em pastagens artificiais.

A substituição da pecuária extensiva ao tipo do pasto de capoeira pelas pastagens modernas, transformou a região noroeste de Goiás em um território de hegemonia econômica pecuária. Essa transformação causou imediatamente a valorização do preço da terra e a corrida para adquiri-la. A nova lógica econômica da planície fluvial do Araguaia, se constituindo como um lugar de ínfima relação com o comércio exportador,

⁴⁰ Manuel Ferreira Lima Filho, *Tesouros Iny – Karajá* (Goiânia: Cegraf UFG, 2021).

Marlene Castro Ossami, *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural* (Goiânia: Ed. da UCG/Ed. Vieira/Ed. Kelps, 2006).

Eguimar Felício Chaveiro. "Cerrado e território: conflitos socioespaciais na apropriação da Biodiversidade – os povos indígenas Karajás, Aruanã – GO." *Revista Ateliê Geográfico*. Vol. 1 n. 9 (2010): 64-83.

Selvia Carneiro Lima, "Escritores Indígenas E Produção Literária No Brasil: Sujeitos em movimento," (tese de doutorado em Geografia, Universidade Federal de Goiás, 2016).

não apenas se contrapôs à arte de vida dos povos Karajá, mas gerou pressão às suas terras, culturas, costumes e hábitos.

O vínculo total da cultura indígena e de sua arte de vida à terra merece ser explicado. Aliás, a artificialização da vida social, o industrialismo, a tecnofilia, a organização da comunicação a partir de redes moduláveis e de sistemas invisíveis que processam informações, como é o caso do algoritmo, produzem um afastamento da vida humana da terra. Isso, em se tratando dos povos indígenas, se traduz em violência. Ailton Krenak ensina que,

A humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a terra. Os únicos núcleos que consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes – a sub-humanidade. Porque tem humanidade, vamos dizer, bacana, uma gente que fica agarrada à terra. Parece que eles querem comer terra, mamar na terra, dormir deitados sobre a terra, envoltos na terra. A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos⁴¹.

A alimentação indígena é tema de investigação presente em pesquisas desenvolvidas por Tamiris Gonçalves Maia, com foco no caso do povo indígena Javaé, habitante da Ilha do Bananal - TO⁴². Assim, interpretar a relação dos indígenas com o alimento requer também compreender que a terra é viva e que a vida dela decorrente é algo que penetra os estratos profundos desses povos.

No caso do povo indígena Karajá, a sua vida, especificamente a sua alimentação, provinha de uma relação livre com a terra e as águas que, antes, eram também livres. A alimentação baseada em peixes, tracajá, mateiros, mutuns, pacas, porcos do mato; os

⁴¹ Ailton Krenak, *Ideias para adiar o fim do mundo*, 21.

⁴² Tamiris Gonçalves Maia, "Saberes e fazeres Javaé: estudo das práticas tradicionais alimentares indígenas, da década de 1990 a 2020," (Ph.D., tese em História, Universidade Federal de Goiás, 2020).

pequenos roçados com o cultivo de mandioca, inhame e milho e a colheita do mel, garantiram, durante séculos, o seu vínculo com o Araguaia e com a planície fluvial.

Entretanto, esses vínculos não se restringem ao alimento. As festas, os mitos, as divindades, o lazer, os adornos e a alma Karajá, pacífica, lenta e serena, faziam com que a diversidade do ambiente e a riqueza do rio Araguaia tivessem presença em seus dias. Isso sofreu uma alteração abrupta com a inserção das terras da planície do rio Araguaia ao comércio internacional de alimentos.

Resultou dessa investida a tentativa de expulsão dos Karajá; posteriormente, efetivou-se a redução e a fragmentação de suas terras. De maneira que a coleta de frutas, raízes, penas, madeiras e a diminuição das condições para o exercício da caça, obrigaram esses povos a inserirem no modo de vida urbano de Aruanã. Essa inserção, além de fraturar a sua arte de vida, reorganizou o modo de adquirir o alimento.

Cabe acrescentar que o processo de urbanização de Goiás, alterando rapidamente a estrutura espacial e o modo de vida dos goianos, migrantes e povos indígenas, em apenas 3 (três) décadas, modificou o sentido e o significado do Araguaia na proximidade de Aruanã. Antes o rio ligava-se às florestas e aos brejos, agora passou a se ligar ao *ethos* turístico ao modo de sol e praia.

O *ethos* turístico fez implementar investimentos na construção de pousadas, hotéis, clubes, condomínios, casas de descanso ao lado do rio nos limítrofes urbanos. De início, tais estratégias geraram um ostracismo e uma repulsa cultural aos povos Karajá naquele lugar. O imaginário urbano-desenvolvimentista, próprio da economia turística, iria também promover uma repulsa ao fato de os Karajá terem controle sobre as terras. A chancela do ostracismo era codificada assim: “os Karajá impedem o desenvolvimento da economia turística de Aruanã”. Ou: “tem que retirar os Karajá das margens do rio”.

A pressão urbana montou-se na mesma velocidade que o assédio aos sujeitos Karajá para mudarem os seus costumes, inclusive, a sua própria língua. Os mais novos, em determinadas ocasiões, conforme relato do cacique, tinham vergonha de serem

índios. As mudanças territoriais iriam causar uma ambiguidade cultural nos Karajá. Essa ambiguidade seguia com a perda concreta e simbólica do rio.

A dessacralização das águas do rio Araguaia em nome de sua secularização economicista por meio do turismo, somada às maiores facilidades de locomoção e o incremento do latifúndio de pastagens artificiais, iam descerrar um triste episódio: os povos Karajá se tornavam estranhos em sua própria terra e em seu território de vida. Percebe-se ainda que as mudanças territoriais causaram impactos ambientais negativos, como o uso intenso e predatório das praias; o desmatamento; a redução da biodiversidade e a cisão na cultura Karajá.

Além disso, houve a fragmentação de suas terras e também de sua organização. Os povos Karajá passaram a contar com duas aldeias próximas: a Buridina e a Ariká. A descontinuidade das terras, atravessadas pela fragmentação, as mudanças socioeconômicas do Araguaia e de sua planície, alteraram a lógica territorial dos Karajá e o uso de suas terras. (Mapa 1).

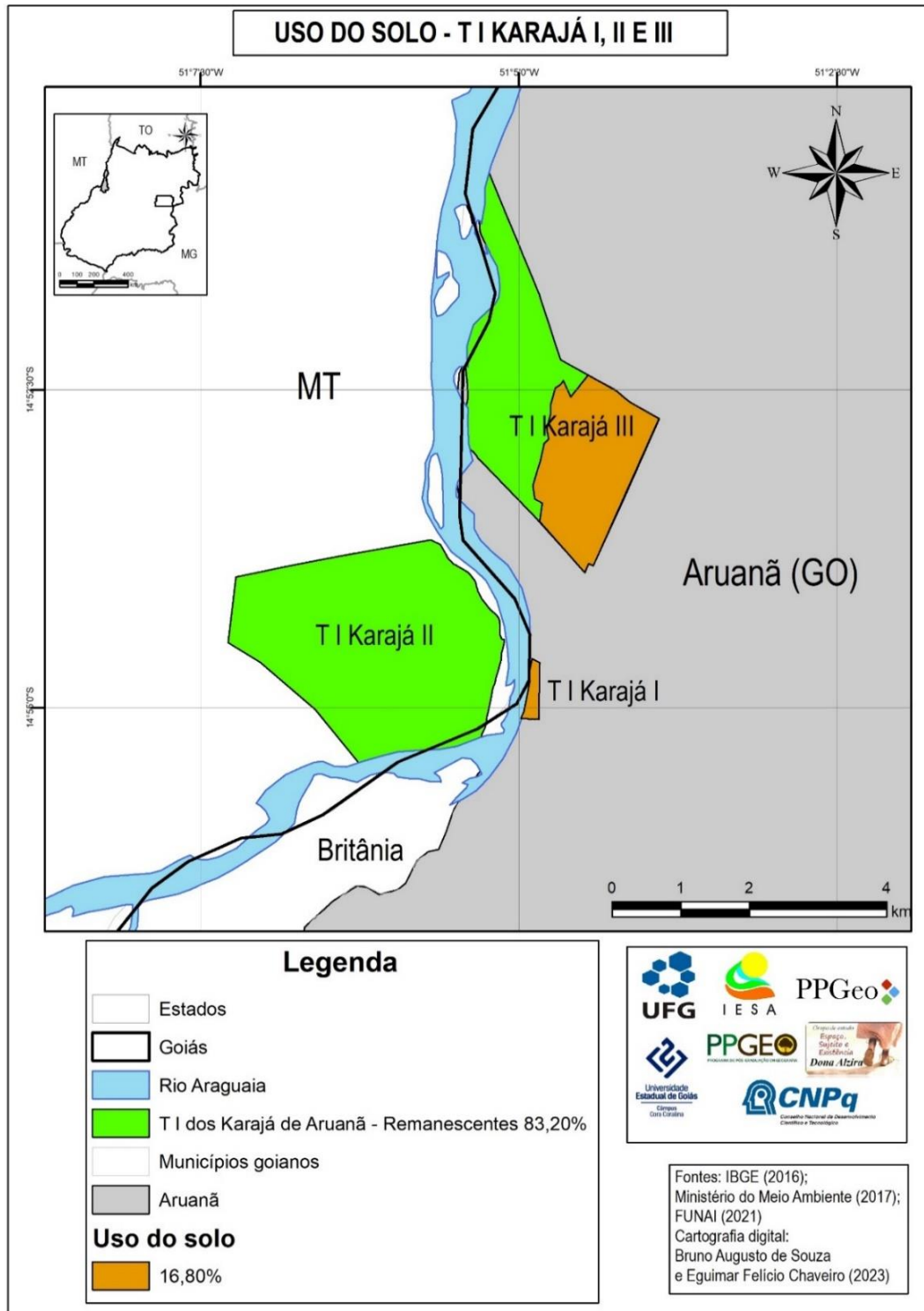
A leitura do mapa identifica a fragmentação das terras Karajá no município de Aruanã em três fragmentos formados pela terra indígena I, onde se localiza a aldeia Buridina, dentro da cidade de Aruanã; a terra indígena II, no município de Cocalzinho - MT, uma reserva que conta com cerca de 800 hectares, e a terra indígena III, onde se localiza a aldeia Ariká, nas bordas da cidade de Aruanã.

A separação das terras e a sua fragmentação implicaram na organização coletiva dos povos Karajá. A separação em duas aldeias próximas de um mesmo povo, além do distanciamento coletivo, impactou o modo de lidar com a tradição Karajá. Os sujeitos mais velhos insistem em conservar, praticar e propagar a língua, enquanto os mais novos se aproximam dos hábitos culturais urbanos e da alimentação urbana.

Percebe-se que a cidade invade a aldeia por meio de símbolos, como o gosto pela “comida de brancos”. O macarrão, o açúcar, o óleo industrializado, o arroz adquirido no supermercado, inclusive a carne de boi, adentram a cozinha Karajá que,

agora, possui fogão a gás, geladeira e vasilhames. A forma do assado, constituinte de uma longa tradição, cede lugar à fritura. E junto vem a cerveja e o refrigerante.

Mapa 1. Distribuição espacial e uso do solo das terras indígenas dos povos karajá localizadas em Goiás e Mato Grosso



Fonte: IBGE (2016), MMA (2017), FUNAI (2021).

É visível a diminuição dos peixes nos rios, incluindo a dificuldade de efetivar a pesca em função do movimento de canoas e barcos nas águas; e a diminuição de

tracajás nos lagos e dos animais de caça para prover a necessidade alimentar. Assim, cederam à dependência da aquisição de suprimentos alimentares nos supermercados. Isso alterou a comida Karajá ressignificou o sentido do alimento.

Aos poucos ocorre a proletarização dos sujeitos indígenas e o seu vínculo com o mundo do dinheiro sob a mediação da vida urbana. A proletarização, forçada pela relação com os supermercados, pela dependência de empregos como zelador, servente de pedreiro, trabalho doméstico, alteram a consciência indígena consoante às suas próprias raízes. O trabalho proletarizado, necessário para a nova forma de sobrevivência não mais ligada aos costumes tradicionais, fazem os sujeitos saírem da aldeia numa subordinação à cidade.

A fratura originada na condição de terem corpos indígenas tendo cultura branca intercede na autoestima indígena. Muitos querem ser o que nunca serão - gente da cidade. Daí, ocorre também a urbanização dos corpos. A cintilância Karajá, marcada por pinturas e adornos do mato feitos de madeiras e penas de aves, dão lugar ao jeans, às bijuterias e aos sapatos.

A alimentação dos Karajá atualmente transcorre entre esses dois mundos. Se o trabalho proletarizado viola as tradições e o enraizamento Karajá, a forma de comida, gera adoecimento. Surge, então, a obesidade, problemas de pressão arterial e a diabetes. A insígnia, comer hoje é arriscado, ao invés da insígnia, comer gera saúde, estampa-se na gramática de violação e de violência que, historicamente, foram impostos aos Karajá em Aruanã.

A partir de uma pesquisa de mestrado, a geógrafa Sélvia Carneiro de Lima, enxergou de maneira totalizante o processo. Ela diz que,

Se a violência corporal ainda incide sobre os povos indígenas que, agora, passam a ser vítimas da violência urbana, antigos problemas, tais como a demarcação de terras, ainda persistem. O pressuposto de que sem terra os povos indígenas não

existem e que a luta pela terra é o centro da dignidade indígena, de sua cultura e de sua língua, desafia a sociedade brasileira⁴³.

Em conformidade com a explicação da geógrafa aludida, e de acordo com trabalhos de campo recentes feitos nas duas aldeias, Buridina e Ariká, foi possível compreender a ligação direta entre terra, corpo e vida. Problemas como brigas na cidade; proletarização; desaldeamento forçado; prostituição; alcoolismo e, inclusive, suicídio, se somam ao adoecimento e dependência de assistência. De maneira que a mudança da forma de aquisição dos alimentos, a transformação das práticas e dos gostos alimentares, expressam, no estômago e no corpo dos povos Karajá, as transformações estruturais que incidiram nas terras da planície e nas águas do rio Araguaia.

Por conseguinte, o que o grupo de geógrafos brasileiros denominado “geografia dos alimentos” bem avalia, demonstrando que os gostos e os aromas provenientes dos alimentos, num só termo, estão ligados à identidade, à memória e aos lugares, se aplica às condições dos povos Karajá. A geógrafa Thaine Ribeiro Santos, na perspectiva da leitura da geografia cultural da alimentação, sintetiza que

Os alimentos fazem uma síntese da história e do modo de vida de um povo. Podem expressar as características de um lugar, são capazes de indicar os aspectos físicos e humanos de uma determinada região. Os tipos de alimento cultivados em uma região podem expressar uma diversidade de características, tais como, o tipo de clima, os principais tipos de solo, as migrações existentes, os grupos étnicos, as influências exteriores, bem como as características culturais⁴⁴.

Enxerga-se nas palavras da autora dois aspectos: as dimensões espaciais e culturais envolvendo o alimento. Quando os geógrafos brasileiros, da denominada levada crítica na virada de 1970/1980, sacramentaram que a vida é um acontecimento

⁴³ Selvia Carneiro Lima, “Escritores Indígenas E Produção Literária No Brasil: Sujeitos em movimento,” (tese de doutorado em Geografia, Universidade Federal de Goiás, 2016), 69.

⁴⁴ Thaine Ribeiro Santos, “Os alimentos e suas geografias: uma análise sociocultural do global ao local,” (Anais do VII CBG. Vitória/ES), 3.

espacial, corresponde ao que foi revelado pela autora: todo tipo de alimento provém de um espaço incrementado pelo solo, clima, água, vegetação e gente. Revela mais: tanto o estômago roga por alimentos para que a vida exista e se reproduza, como a alma grita por ancoradouros simbólicos que lhe permita consistência e autonomia. Assim, o alimento insere-se nas condições concretas do espaço e nas constituições simbólicas dos grupos sociais e étnicos. Isso tudo atravessado pela estrutura social.

Por essa via argumentativa, pode-se sintetizar: a imposição de hábitos alimentares é uma forma de dominação. Pela imposição dos hábitos alimentares e pela sua restrição ocorrem a subjugação de povos. Santos enfatiza que

Os alimentos são mais que uma necessidade básica para nossa reprodução e sobrevivência. Ao longo da história humana, no desenvolvimento das civilizações o alimento se configurou de uma forma complexa, adquiriu valores simbólicos, sociais e culturais. Propiciaram um intercâmbio entre os povos, que podiam “experimental” a cultura do outro através da alimentação. Esse intercâmbio foi marcado pelas grandes navegações dos séculos XV e XVI, que mudaram o rumo da história e da cultura dos povos, que a partir de então, estabeleceram trocas culturais que alteraram toda a estrutura social da civilização ocidental. Neste sentido, a cultura ocidental não foi mais a mesma, o europeu através de seu pioneirismo além-mar, trouxe para o novo mundo especiarias orientais, que foram incorporadas aos hábitos alimentares dos europeus. A cultura europeia, a partir de então, adquiria uma nova configuração, se tornava híbrida carregada de elementos de outras culturas⁴⁵.

Ao se colocar como forma de intercâmbio, de trocas, de identidade ou de subjugação, o alimento encarna as dimensões econômicas, sociais, culturais e simbólicas do espaço. Nesse ponto, efetiva-se a interpretação territorial do alimento, pois, como se vê no caso dos povos Karajá no município de Aruanã, a fratura ambiental do rio Araguaia, a restrição de suas terras, o desmatamento da planície e a pressão sobre as suas terras, constituem formas de exercer domínio sobre o seu corpo, sobre a sua cultura e, enfim, sobre a sua vida.

⁴⁵ *Ibid.*, 4.

Nessa esteira, conforme foi apresentado anteriormente, a imposição de alimentos industrializados, ao alterar o padrão das práticas e dos gostos alimentares mediante a sua mercantilização, por meio de alimentos semiprocessados, bebidas lácteas, maionese, derivados de soja, refrigerantes, bebidas isotônicas, embutidos, congelados – e vários outros – consagrou-se um domínio visceral aos povos tradicionais, não apenas indígenas, mas camponeses, pescadores e quilombolas.

O modelo de acumulação, constituído a partir da revolução industrial e a disseminação do mercado na realização da acumulação, transformou a forma de trabalho, a relação com a terra e o paladar dos trabalhadores. Sensível às condições de trabalhadores e povos tradicionais da América Latina, o jornalista, ativista e literato uruguaio, Eduardo Galeano, considerou que,

Essa indústria está conquistando os paladares do mundo e está demolindo as tradições da cozinha local. Os costumes do bom comer, que vêm de longe, contam, em alguns países, milhares de anos de refinamento e diversidade e constituem um patrimônio coletivo que, de algum modo, está nos fogões de todos e não apenas na mesa dos ricos. Essas tradições, esses sinais de identidade cultural, essas festas da vida, estão sendo esmagadas, de modo fulminante, pela imposição do saber químico e único: a globalização do hambúrguer, a ditadura do fast food. A plastificação da comida em escala mundial, obra do McDonald's, do Burger King e de outras fábricas, viola com sucesso o direito à autodeterminação da cozinha: direito sagrado, porque na boca a alma tem uma das suas portas⁴⁶.

A força das palavras de Galeano corresponde ao que, frente ao domínio político e geopolítico de países e instituições relativo ao controle do alimento, diferentes grupos e diferentes movimentos e ativistas enxergam: trata-se incluir nas pautas emancipatórias a soberania alimentar dos povos. Para isso, convém ter noção do modo pelo qual se organiza, atualmente, o sistema agroalimentar mundial. Convém, nos mesmos passos, compreender os efeitos deletérios ocasionados por esse sistema.

⁴⁶ Eduardo Galeano, "O império do consumo," *Agência Carta Maior* (abr. 2007, 18) Disponível em: <https://www.assufrgs.org.br/2007/01/18/o-imperio-do-consumo-artigo-de-eduardo-galeano/>. Acesso em: 08 abr. 2023.

Vejam os que, conforme dados levantados e apresentados pelo “Panorama da segurança alimentar e nutricional 2022”, na qual consta a participação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), houve um aumento vertiginoso da fome. A América do Sul foi a região que viu a fome se abater mais, atingindo atualmente em torno de 11 milhões de pessoas. Na América Latina, de 2019 para 2021, os números de famintos tiveram um crescimento na ordem de 13,2 milhões de pessoas⁴⁷.

Na tentativa de explicar as causas estruturais dessas informações, o psicólogo da Universidade Federal Fluminense (UFF), Bruno Chapadeiro, diz que

A OXFAM, ONG especializada em estudos sobre desigualdades, mostra em seu último relatório que o 1% mais rico do mundo ficou com quase 2/3 de toda a riqueza gerada desde 2020 – cerca de US\$ 42 trilhões –, seis vezes mais que 90% da população global. Cada bilionário ganhou durante a pandemia cerca de US\$ 1,7 milhão para cada US\$ 1 obtido por uma pessoa dos 90% mais pobres. No Brasil, 3390 indivíduos mais ricos (0,0016%) detêm 16% de toda a riqueza do país, mais do que 182 milhões de brasileiros (85% da população). Aponta ainda que, na última década, os super-ricos concentraram cerca da metade de toda a riqueza gerada no mundo⁴⁸.

Como se vê nos números apontados por Chapadeiro, a fome é estruturalmente produzida. É um retrato social e político da organização do mundo. O que é mais evidente é o que interpela a ação dos que lutam pela soberania alimentar. Percebe-se que o sucesso econômico dos barões do alimento e dos impérios agroalimentares correspondem ao aumento da fome. Nesse campo, a produção do alimento se traveste em concentração de poder.

Poucas empresas globais exercem o controle da produção de alimentos e de sua disseminação no mercado bem como o seu controle político. Esse controle ocorre na

⁴⁷ Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, “Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional 2022,” *Fao* (jun. 2022). Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/es/c/cc3859es>. Acesso em: 08 abr. 2023.

⁴⁸ Bruno Ribeiro Chapadeiro. “É o capitalismo, estúpido! Ou (a degradação da saúde mental pela desigualdade social intrínseca ao neoliberalismo).” *Coluna Opinião – Fiocruz-RJ*, (2023), 1-2.

pesquisa agrícola e agroquímica; na manipulação das sementes; na pesquisa de genética e de fertilizantes sintéticos; na farmacêutica animal; nos processadores; na influência no mercado; no desenvolvimento das políticas; na produção de máquinas agrícolas e, inclusive, na dimensão cultural do gosto pela comida. Isso tudo impede a soberania alimentar na mesma proporção que exige a sua interpretação política.

Ora, o que se vê junto ao monopólio do alimento e junto ao exercício de poder emanado desse monopólio, é a ligação do sistema agroalimentar à injustiça étnica e racial; a diminuição da biodiversidade; a eclosão da injustiça e do sofrimento ambiental; o envenenamento das águas e dos solos; o afastamento de camponeses e povos indígenas das terras e de sua própria cultura.

A junção das gigantes agroindústrias às gigantes tecnológicas e financeiras, como é o caso brasileiro, e especialmente, o caso do Cerrado goiano, impacta, como no caso dos povos Karajá no município de Aruanã-Go, a terra, o território e o espaço de vida. Isso implica que a soberania alimentar dos povos indígenas se inscreve na soberania de seu próprio corpo e de sua própria vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos Karajá em Aruanã, pressionados pela vida urbana, especialmente pelo turismo de água, sol e praia, com suas terras reduzidas e fragmentadas, passam por uma mudança dos hábitos e das práticas alimentares. Inicialmente, a apropriação do rio Araguaia pelo turismo implicou na transformação da planície, agora destinada às pastagens artificiais e à produção de soja, os compelem à proletarização.

A aquisição de alimentos, não mais sustentada pela caça, pela pesca e pelos pequenos roçados, agora diretamente ligada à dependência dos supermercados e, conseqüentemente, do dinheiro, coloca os povos Karajá em subordinação ao regime urbano. A redução de suas terras, bem como a sua fragmentação, juntando-se à pressão urbana, atravessam a cultura e a autodeterminação de sua vida.

Se na escala local, os gostos alimentares dos Karajá são alterados drasticamente, impelindo-os à problemas como a obesidade, diabetes e mudança na pressão arterial, na escala regional, o que se enxerga é a internacionalização do Cerrado. A perspectiva teórica fundamentada na abordagem territorial do Cerrado demonstrou que a transformação do território goiano num “celeiro agroalimentar” o insere no domínio geopolítico comandado pelos “barões do alimento”, ou pelos “impérios agroalimentares”.

Nesse ínterim, percebeu-se que poucas empresas globais exercem e mantêm o controle da produção de alimentos, bem como de sua distribuição no mercado mundial. O poder econômico dessas empresas, tal como se vê no Brasil, se traduz em controle político. A estratégia de controle abarca praticamente todas as fases da produção de alimentos. Primeiramente, ocorre pelo investimento e pela realização da pesquisa agrícola e pela pesquisa agroquímica. O controle se estende também na apropriação das sementes e na pesquisa de genética e de fertilizantes sintéticos. Atualmente, frente ao crescimento do comércio da farmacêutica animal, esse setor passa a ser objeto de interesse das empresas.

Cada vez mais, não somente no Brasil, mas em vários países da América Latina, a influência direta no setor de produção de alimentos se reveste no controle do mercado e no desenvolvimento das políticas agrárias e agrícolas, bem como ambientais. Controlar o Estado ou alguns de seus setores; pressionar a política de câmbios; definir as formas de uso do solo e da água e impor os modelos de dieta alimentar, recolocam a pauta política dos que, subordinados e submissos, contrários à fome e à desigualdade, levantam a bandeira da soberania alimentar.

Essa questão – como os povos Karajá localizados no município de Aruanã-GO desenvolvem a sua soberania alimentar? – tem mobilizado pesquisadores das universidades, ativistas ambientais, grupos religiosos, movimentos populares e sociais a procurarem alternativas. A primeira iniciativa, e talvez a mais importante, é gerar situações pedagógicas que levem os povos Karajá a terem uma consciência que o alimento nutre o seu corpo e a sua alma.

AGRADECIMENTOS

O primeiro e o segundo autor agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ-2).

REFERÊNCIAS

Ailton Krenak, *Ideias para adiar o fim do mundo* (São Paulo: Companhia das Letras, 2019).

Alex Tristão de Santana, ““Artérias” do cerrado desigual: a rodovia BR-060 na dinâmica territorial de Goiás,” (tese de doutorado em Geografia, Universidade Federal de Goiás, 2017).

Altair Sales Barbosa, *Andarilhos da claridade: os primeiros habitantes do cerrado*. (Goiânia: Instituto do Trópico Úmido, 2002).

Altair Sales Barbos, “Cerrado indígena,” *Xapuri* (abr. 2023). Disponível em: <https://xapuri.info/cerrado-indigena-uma-divida-com-a-historia-e-um-buraco-na-consciencia/>. Acesso em: 09 abr. 2023.

Altacir Bunde, “Os impactos do agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato em Goiás,” (dissertação de mestrado em Geografia, Universidade Federal de Catalão, 2011).

Ana Carolina de Oliveira Marques, “Cartografia das moradias em Canudos: a dimensão política do morar,” (Ph.D, Tes., Universidade Federal de Goiás, 2017).

Aristides Moysés e Eduardo Rodrigues da Silva. “Ocupação e urbanização dos cerrados: desafios para a sustentabilidade.” *Cadernos metrópole* 20, (2008): 197-220.

Bruno Ribeiro Chapadeiro. “É o capitalismo, estúpido! Ou (a degradação da saúde mental pela desigualdade social intrínseca ao neoliberalismo).” *Coluna Opinião – Fiocruz-RJ*, (2023), 1-2.

Comissão Pastoral da Terra, “Conflitos no campo Brasil – 2020.” (Goiânia/GO: CPT, 2021).

David Harvey, *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Tradução de João Alexandre Peschanski (São Paulo, SP: Boitempo, 2011).

David Harvey, *A loucura da razão capitalista: Marx e o capital no século XXI*. Tradução de Artur Renzo (São Paulo: Boitempo, 2018).

Eduardo Galeano, “O império do consumo,” *Agência Carta Maior* (abr. 2007) Disponível em: <https://www.assufrgs.org.br/2007/01/18/o-imperio-do-consumo-artigo-de-eduardo-galeano/>. Acesso em: 08 abr. 2023.

Edson Batista da Silva, “Cercados e a contrapelo: as expulsões e as reações camponesas à acumulação primitiva permanente em Goiás (1970-2015),” (Ph.D., tes., Universidade Federal de Goiás, 2018).

Eguimar Felício Chaveiro. “Cerrado e território: conflitos socioespaciais na apropriação da Biodiversidade – os povos indígenas Karajás, Aruanã – GO.” *Revista Ateliê Geográfico*. Vol. 1 n. 9 (2010): 64-83.

Eguimar Felício Chaveiro, “Por uma abordagem geográfica do Cerrado: a negação de um bioma diverso, a afirmação de um território desigual – Cartas de luta,” (Ph.D. Tes., Universidade Federal de Goiás, 2019).

Elizeu Lira. “A geografia, o território capitalista e o território indígena”. *Produção Acadêmica*, Vol.4 n.2 (2019): 55-69.

Elaine Barbosa da Silva, “A dinâmica socioespacial e as mudanças na cobertura e uso da terra no bioma Cerrado,” (tese de doutorado em Geografia, Universidade Federal de Goiás, 2013).

Fundação Nacional do Índio (Funai). *Terras indígenas*. (jun. 2021). Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas>. Acesso em: 16 jul. 2023.

Gabriela Macêdo e Letícia Brito, “Mais de 200 trabalhadores são resgatados em condições análogas à escravidão, em Goiás,” *G1 Goiás* (mai. 2023). Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/03/17/mais-de-200-trabalhadores-sao-resgatados-em-condicoes-analogas-a-escravidao-em-goias.ghtml>. Acesso em: 09 abr. 2023.

Horieste Gomes. *Universo do Cerrado* (Goiânia: UCG, 2008).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Brasil Indígena*. (abr.2016). Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, Goiás em dados 2022 (Goiânia: IMB, 2022).

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Disponível em: <http://cerrado.obt.inpe.br/>. Acesso em: 08 abr. 2023.

Manoel Calaça, “Territorialização do capital: biotecnologia, biodiversidade e seus impactos no Cerrado”. *Ateliê Geográfico*, vol. 1, n. 9 (2019): 6-23.

Manuel Ferreira Lima Filho. *Tesouros Iny – Karajá* (Goiânia: Cegraf UFG, 2021).

Marlene Castro Ossami. *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural* (Goiânia: Ed. da UCG/Ed. Vieira/Ed. Kelps, 2006).

Maria L. Silveira. “Los territorios corporativos de la globalización.” *Geograficando*, v.3, n.3, (2008):13-26.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). *Terras indígenas*. (jul.2017). Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/>. Acesso em: jul. 2023.

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, “Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional 2022,” *Fao* (jun. 2022). Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/es/c/cc3859es>. Acesso em: 08 abr. 2023.

Ricardo Assis Gonçalves, “No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás,” (Ph.D., tes., Universidade Federal de Goiás, 2016).

Ricardo Assis Gonçalves. “Capitalismo extrativista na América Latina e as contradições da mineração em grande escala no Brasil.” *Cadernos Prolam/USP*, v.15, n.29, (2016): 38-55.

Ricardo Assis Gonçalves. *Mineração e o cercamento das águas do Cerrado*. *Mídia Ninja* (abr. 2022). Disponível em: <https://midianinja.org/campanhacerrado/mineracao-e-o-cercamento-das-aguas-do-cerrado/>. Acesso em: 08 abr. 2023.

Maria E. Inocência, “O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado,” (Ph.D., tes., Universidade Federal de Goiás, 2010).

Marcelo Mendonça, “A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano,” (tese de doutorado em Geografia, Universidade Estadual Paulista, 2004).

Robson de Sousa Moraes, “A Câmara escura: Gestão Territorial e novas territorialidades do Capital em Goiás,” (Ph.D., diss., Universidade Federal de Goiás, 2004).

Selvia Carneiro Lima, “Escritores Indígenas E Produção Literária No Brasil: Sujeitos em movimento,” (Ph.D., tes., Universidade Federal de Goiás, 2016).

Thaine Ribeiro Santos, “Os alimentos e suas geografias: uma análise sociocultural do global ao local,” (*Anais do VII CBG*. Vitória/ES): 1-12.

Ubiratan Francisco de Oliveira, “Cartografias ontológicas de educadoras do campo da região do Bico do Papagaio-TO: o desvelar do ser-estar da mulher na formação docente em Educação do Campo,” (Ph.D., tes., Universidade Federal de Goiás, 2020).

The Territorial Approach of the Cerrado and Food Production: The Case of the Karajá People in Aruanã, Goiás

ABSTRACT

The objective of this article is to interpret the structures and spatial circumstances through which indigenous peoples of the Cerrado in Goiás, specifically the Karajá people in Aruanã - GO, establish relationships with food. The reflections are instigated by the following issue: what changes have occurred in indigenous food? The direct question is: how do the Karajá people in Aruanã, who are territorialized along the banks of the Araguaia River, develop food production strategies in the spatial context in which they are situated? The reflections presented in this article are supported by fieldwork, data collection from the Mauro Borges Institute (IMB), direct dialogue with researchers from various fields of knowledge, as well as guidance at the undergraduate, master's, and doctoral levels. The theoretical foundation is based on the territorial approach of the Cerrado. Through an interweaving of scales, this perspective undertakes the reading of the Cerrado, its subjects, and their issues, observing the actions of actors in the biome according to their strategies of power and spatial dominance. It is also considered that food, linked to the rooted layers of traditional peoples, has become, through the formation of agro-food empires, a form of domination of indigenous culture and its subordination.

Keywords: food production; Karajá people in Aruanã - GO; territorial approach of the Cerrado; global agro-food system.

A Abordagem Territorial do Cerrado e a Produção de Alimentos:
o Caso dos Povos Karajá em Aruanã, Goiás
Eguimar Felício Chaveiro, Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves, Ronan Eustáquio Borges

Recibido: 21/05/2023
Aprovado: 06/09/2023